

1 **Ata nº 160/2020** – Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, no auditório
2 do Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu no município de Santa Helena, as
3 9h45min., iniciou a primeira Assembleia ordinária do corrente ano deste Conselho, onde o
4 Mestre de Cerimônias João Vanderlei Eberhard, inicia dando as boas vindas, lendo os
5 temas que serão tratados e formando a Mesa de Honra. Para formação da Mesa de honra
6 O Presidente deste conselho Leomar Rohden, Representando o Diretor de Coordenação da
7 Itaipu Binacional Senhor Daltron Vilasboas, Tesoureiro do Conselho Jair Bokorni, Presidente
8 do Cindepar Prefeito de Sabaudia Edson Hugo Manueira, e Secretário deste Conselho
9 Walter Fabiano dos Santos. Após formação da Mesa de honra o Secretário deste Conselho
10 faz a leitura do Edital de Convocação. O Anfitrião deste Evento Prefeito Leomar Rohden da
11 as boas vindas as todos os convidados e a mesa composta. Neste momento é convidado o
12 Jair de Souza conselheiro fiscal desta entidade para leitura da Ata do Conselho Fiscal
13 referente o exercício de 2019. Fica aprovado por unanimidade as contas referentes ao
14 exercício de 2019 deste conselho. É repassado ao Prefeito Mano para condução dos
15 trabalhos desta Assembleia, o qual pede licença para mudar a pauta e colocar sobre ICMS
16 ecológico pauta esta referente aos assuntos gerais. Neste momento a FUPEF – fundação
17 de Pesquisas florestais do Paraná, apresenta os trabalhos realizados pela entidade, fala
18 sobre a faixa de preservação permanente da Itaipu Binacional onde não é recolhido ICMS
19 Ecológico para os municípios lindeiros. Apresenta uma prévia se acaso o município de Pato
20 Bragado tivesse ICMS da faixa de preservação, receberia entorno de dois milhões
21 aproximado, pois teria que fazer todo estudo para saber qual valor seria repassado para
22 cada município. Existem hoje 6 municípios lindeiros que não recebem ICMS Ecológico, e
23 para poder aumentar o valor repassado de ICMS nos dez municípios que já recebem
24 verificando o valor que recebe e quanto poderia receber a mais. Existe uma Resolução do
25 Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Paraná a qual congelou os valores de repasse,
26 sendo que os municípios perdem valores do ICMS. A FUPEF neste ato traz uma proposta
27 de estudo de dez meses, para os dezesseis municípios para análise de implantação,
28 fazendo um pedido de revisão e inserção dos municípios para receber o ICMS mais
29 transformar a área de Itaipu em uma APA ou RPPN para poder os municípios receber ICMS
30 da área de proteção de Itaipu. O Presidente Mano fala que será debatido e será verificado a
31 possibilidade de implantar, e agradece os representantes da FUPEF. Dando sequencia aos
32 trabalhos, o assunto principal da pauta o Presidente inicia este tema, chamando o
33 Presidente Hugo do CINDEPAR, juntamente com o Engenheiro Jorge, o Jurídico deste
34 conselho Jaime Remor e a Itaipu Binacional que o Convênio prevê e o que poderemos estar
35 deliberando sobre este tema e poderemos sair com uma decisão pois precisamos sair desta
36 assembleia com decisões tomadas. Neste momento o Presidente do CINDEPAR Hugo
37 apresenta um pouco o que eles assumiram e passa para o Jorge que é o Diretor do
38 CINDEPAR, e é engenheiro. O Diretor do CINDEPAR Jorge apresenta que desde que
39 aconteceu os problemas com a entidade e que tiveram que entender como foi negociado
40 para atender os lindeiros, e apresenta como tem que ser para poder atender de forma
41 adequada os municípios lindeiros e verificar a possibilidade de continuidade na execução
42 deste contrato. É apresentado duas tabelas de proposta e fala sobre o convênio que o
43 Conselho tem com a Itaipu Binacional. E a solução é contratação de empresa de engenharia
44 para execução dos trabalhos. Também o contrato entre CINDEPAR e o Conselho sobre o
45 seguro, ser apenas contra terceiros, pois seguro geral não tem viabilidade de contratação
46 pelo volume de asfalto que será feito. O Presidente Mano fala sobre como foi o trabalho em
47 Pato Bragado que foi concluído em janeiro a pavimentação. A Prefeita Cleide fala que o
48 valor é muito alto perto do que foi licitado, pois teve licitação no último mês que por empresa
49 o valor ficou apenas um real a mais do valor apresentado, sendo um consórcio e os
50 equipamentos sendo do Conselho os valores são muito altos. O Diretor Jorge questiona o
51 que será feito, e o representante de Itaipulândia apresenta, que são serviços diferentes, que

52 se avaliado o que foi feito, seria o valor de 21 reais da primeira tabela e não o de 31 reais
53 apresentado na segunda tabela pelo CINDEPAR. O Prefeito de Mundo Novo, fala que houve
54 um entusiasmo quando chegou estes equipamentos e que hoje acaba não atendendo.
55 Sinomar de Guaíra que participou da compra dos equipamentos, fala sobre o Rolo que é
56 muito leve e foi optado por um rolo que não é adequado. Também levanta sobre o
57 cumprimento do prazo. O Senhor Jorge fala sobre o Rolo que é possível compactar com o
58 rolo que existe. Quanto ao prazo é possível cumprir caso haja contratação das prefeituras,
59 sem parar os equipamentos. É levantado sobre o CINDEPAR fazer em Mundo Novo, o que
60 não é permitido. O Dr. Jaime expõe que os equipamentos podem ser utilizados em forma de
61 empréstimo para o Município de Mundo Novo. O Presidente fala que precisamos tomar uma
62 decisão nesta reunião, e que não haverá nenhum asfalto perfeito, pois, a pedra trabalha. É
63 preciso ser definido como vai ser administrado este convênio. O Senhor Altair de Mercedes
64 fala que o problema é a base que não é boa em muitos lugares. O representante de
65 Marechal Candido Rondon Senhor Marcelo fala sobre este contrato com o CINDEPAR onde
66 está sendo adequado o contrato e é muito diferente do que foi proposto inicialmente. Fala
67 que deveria ser revisto esta questão sobre a entrega, podendo ser de qualquer forma o
68 revestimento, sendo utilizado ou não os equipamentos. Dr. Jaime fala em nome do Prefeito
69 de Santa Helena, o qual cancelou a adesão ao consórcio devido ao que ocorreu com o
70 CINDEPAR, e que nos mesmos moldes de Marechal, está sendo feito o asfaltamento
71 alternativo ao TST que é o CBUQ, por não ter como adequar. O Dr Jaime fala que a ideia
72 seria um asfalto menos danos ambientais por isso nestes moldes de asfalto a frio, nos locais
73 de calçamento poliédrico feitos pela Itaipu são muito superiores aos outros contratados pela
74 Itaipu. A proposta do TST pela Itaipu com os equipamentos comprados é necessária uma
75 base melhor para ser aplicado o TST e não o CBUQ. O Dr. Jaime apresenta algumas
76 questões para poder entender o processo e também sobre Responsabilidade Fiscal, e ter
77 que tomar uma decisão sobre como dar continuidade do convênio. Quanto ao Prazo é
78 esclarecido pela Diretora Técnica Sandra que há possibilidade de aditamento junto a Itaipu.
79 A forma através do CINDEPAR foi decidida em reunião com os conselheiros, onde a
80 responsabilidade e manutenção dos equipamentos não teriam como ser feitos se apenas
81 emprestado para cada município, sendo que o Conselho não teria como estar concertando
82 estes equipamentos caso tenha alguma avaria. E sendo através do CINDEPAR esta
83 manutenção fica a cargo da contratada. Fala que no valor de 21 reais Santa Helena tem
84 interesse contudo no valor da segunda tabela não pode estar falando se há interesse. Fala
85 que seria interessante estar fazendo uma reunião com a Itaipu para verificar como pode ser
86 operacionalizado, sendo que mudou a gestão da Itaipu neste último ano. O Presidente Mano
87 entende que foi empolgação, pois os valores eram muito abaixo sendo no máximo dezoito
88 reais. O representante da Itaipu Gilmar Secco, fala que o melhor é o TST, que a ideia da
89 Itaipu foi facilitar este processo, e sugere que vai ser levado junto a diretoria de
90 coordenação, para poder juntos Conselho e Itaipu estar achando uma saída para a
91 aplicação do TST. Coloca a equipe técnica da Itaipu a disposição para auxiliar neste
92 processo. Altair de Mercedes fala que precisa definir operador, que do jeito que esta é
93 inviável nestes preços. O Presidente fala que tem que ser resolvido independente se vai ser
94 via CINDEPAR ou de outra Forma. O Presidente Hugo fala que seria ou pelo Consórcio, ou
95 então ver outra forma, mas não é viável pelo Consórcio, emprestar as maquinas apenas
96 pois a manutenção dos equipamentos é de responsabilidade do Consórcio. Então ou todos
97 passam pelo CINDEPAR ou nenhum, pois não tem como operar de duas formas. Estes
98 equipamentos só fazem TST, não fazem CBUQ. O Engenheiro Jorge fala que o TST é
99 melhor com o tempo do que o CBUQ. Dr Jaime fala que precisamos definir se os municípios
100 vão fazer ou não com o CINDEPAR, e quanto irão fazer, para poder definir se vão fazer ou
101 não. E se não houver interesse dos municípios os equipamentos são devolvidos para o
102 Conselho e aí tem que ser definido como será operacionalizado estes equipamentos. O

103 Prefeito de Entre Rios fala que tem que ser feito o reperfilamento mesmo com o CBUQ, para
104 poder ficar bom. Falou que os agricultores estão satisfeitos, e fala que acredita que ainda o
105 melhor é através do CINDEPAR e desta forma, pois o valor com o reperfilamento fica muito
106 superior ao que está sendo proposto. Fala que acredita que vai durar mais o TST do que o
107 CBUQ. Fala que a forma como está sendo contratado agora os terceirizado, será muito mais
108 rápido. Sinomar fala sobre ser avaliado cada trecho pelo CINDEPAR para ver o que é
109 preciso. E levantado sobre a questão do Projeto, onde é responsabilidade do Município
110 fazer com auxílio do CINDEPAR. Será dado o prazo de dez dias para os municípios
111 definirem se vai continuar ou não a operacionalização pelo CINDEPAR. Ficando para dia 02
112 de março para que todos os municípios posicionem se vão fazer pelo CINDEPAR ou não.
113 Esta parte de avaliação é feita na contratação do CINDEPAR e o Município. Será entrado
114 em contato com os Municípios. Gilmar fala que vão viabilizar os novos convênios para os
115 municípios que tem 80% executado e será realizado até abril. Fala sobre os royalties que
116 faltaram em janeiro e será pago em março, também falou sobre a solicitação de participar da
117 comissão do anexo C, do tratado de Itaipu que é junto ao ministério de minas e energias.
118 Também que participamos e precisamos nos mobilizar sobre a reforma tributaria, pois os
119 municípios vão perder muito. É solicitado para ser feito um ofício solicitando uma audiência
120 entre os prefeitos Lindeiros e a gestão nova de Itaipu. O Presidente convida a todos para
121 participar do Fórum em Marechal C. Rondon no dia 06 de março que será tratado sobre a
122 infraestrutura e o Secretario de estado Sandro Alex. Desta forma o Presidente encerra a
123 presente assembleia. Eu Sandra Finkler, secretária de atas firmo a presente juntamente com
124 a Diretoria deste Conselho.